



PREFEITURA DA CIDADE DE  
**SÃO PAULO**

SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO – SLCe

<b>Documento</b> Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	<b>Número</b> 2025-61844-00	<b>Folha</b> 1/3
--	--------------------------------	---------------------

<b>Proprietário/Possuidor</b> IARA LEDA BRANDAO DE ALMEIDA PEREIRA ANDRE LUIS BRANDAO PEREIRA FABIO LUIS DE ARRUDA ZANTUT DANIELA BRANDAO PEREIRA ZANTUT ANTONIO SAMUEL PEREIRA DINA DORIS BRANDAO PEREIRA
--

<b>Dados do local da obra ou serviço</b>							
Contribuinte	Logradouro	Número	Complemento	CEP	CODLOG	Classificação Via	Zona(s)
123.127.0018-1	R DOUTOR ERASMO T.DE ASSUNCAO	00216	LT 18 QD 79	05658-060	65366	Local	MA, ZER 1, QA

<b>Responsabilidade</b>			
<b>Responsável Técnico pelo Projeto</b>			
Nome	CREA/CAU	Representante	CREA/CAU
GLOBAL SOLUTIONS - CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	39454	MARISA RODRIGUES ALVES PATRICIO	A963720

<b>Descrição / Amparo Legal / Nota / Ressalva</b> Emitido por: CAEPP-DERPP
---

<b>Uso</b>			
Categoria	Subcategoria	Grupo de Atividade	Atividade
R	R1		

<b>Descrição da Obra</b>		
<b>Terreno Escritura:</b> 554,00 m2	<b>Terreno Real:</b> 528,64 m2	<b>Área Total a Demolir:</b> 315,00 m2
<b>Área Computável:</b> 138,73 m2	<b>Área Não Computável (estacionamento):</b> 0,00 m2	<b>Área Não Computável (outros):</b> 3,36 m2
<b>Área a Construir:</b> 142,09 m2		
<b>Piscina descoberta:</b> 47,90 m2	<b>Quadra descoberta:</b> 0,00 m2	<b>Heliponto:</b> 0,00 m2

<b>Blocos</b>
---------------

<b>Amparo(s) Legal(is)</b> 1 ) Lei nº 16.642/17, regulamentada pelo Decreto nº 57.776/17. 2 ) Lei nº 16.050/14. 3 ) Lei nº 16.402/16. 4 ) Lei nº 17.975/23. 5 ) Lei nº 18.081/24.
--

<b>Documento</b> Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	<b>Número</b> 2025-61844-00	<b>Folha</b> 2/3
<p><b>Nota(s)</b></p> <p>1 ) As peças gráficas da edificação foram apresentadas na forma de projeto simplificado, conforme estabelecido nas normas municipais, sendo de total responsabilidade dos profissionais habilitados e do proprietário ou possuidor do imóvel:</p> <p>a) a definição e disposição interna dos compartimentos, suas dimensões e funções, especialmente no que se refere à acessibilidade e atendimento ao percentual mínimo de unidades acessíveis e de unidades adaptáveis, no que couber, conforme legislação federal, estadual ou municipal que regule a matéria;</p> <p>b) a segurança no uso das edificações, nos termos do Código de Obras e Edificações - COE e legislação correlata;</p> <p>c) a observância das Normas Técnicas NTs e das disposições técnicas previstas no Anexo I do decreto regulamentar do COE.</p> <p>2 ) A conformidade do projeto às normas técnicas - NTs gerais e específicas de construção, bem como às Normas Técnicas Oficiais - NTOs de acessibilidade e às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos aspectos interiores da edificação é responsabilidade exclusiva do responsável técnico pelo projeto.</p> <p>3 ) Os responsáveis técnicos pela obra, nos limites de suas atuações, respondem pela correta execução da obra de acordo com o projeto aprovado e pela instalação e manutenção do equipamento, observadas as Normas Técnicas - NTs aplicáveis, zelando por sua segurança e assumindo as consequências diretas e indiretas advindas de sua atuação.</p> <p>4 ) Se durante a execução das obras forem constatados indícios ou suspeitas de contaminação, como emanção de gases, incêndios espontâneos, solo com odores, resíduos enterrados, o responsável legal deverá comunicar o fato de imediato à CETESB e à Divisão de Compensação e Reparação Ambiental - DCRA, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, nos termos do art. 14 e 15 da Lei estadual n° 13.577/09, e dos arts. 19, 23 e 63 do Decreto estadual n° 59.263/13. A eficácia deste documento está vinculada ao não enquadramento da área como potencialmente contaminada, suspeita de contaminação, contaminada ou em monitoramento ambiental, nos termos do art. 1° da Lei n° 13.564/03, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS e do Código de Obras e Edificações - COE.</p> <p>5 ) Este documento foi emitido mediante a apresentação de declaração garantindo que a realização do movimento de terra será em conformidade com o que estabelecem as Normas Técnicas cabíveis, que a terra será emprestada de terrenos particulares com a devida anuência do proprietário do terreno ou dispostas em terrenos regularmente licenciados como de destinação de resíduos inertes com a devida classificação, nos termos da legislação em vigor.</p> <p>6 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a execução de movimento de terra, nos termos do inciso III do § 2° do art. 23 da Lei n° 16.642/17.</p> <p>7 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a execução de muro de arrimo, nos termos do inciso II do § 2° do art. 23 da Lei n° 16.642/17.</p> <p>8 ) Este documento foi emitido mediante a apresentação do Termo de Compromisso Ambiental - TCA relativo ao manejo de vegetação de porte arbóreo, nos termos da Portaria Intersecretarial SEHAB/SVMA 04/03.</p> <p>9 ) Este Alvará engloba a licença administrativa para a demolição total do existente, nos termos do inciso I do § 2° do art. 23 da Lei n° 16.642/17.</p> <p>10 ) O licenciamento de projetos, de obras e instalação de equipamentos não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse sobre o imóvel.</p> <p>11 ) O titular do documento de atividade edilícia, na qualidade de proprietário ou de possuidor do imóvel, responde perante terceiros a respeito da propriedade, posse, direitos reais, garantias e outros eventuais ônus que incidam sobre o imóvel.</p> <p>12 ) Este documento refere-se exclusivamente à Legislação Municipal devendo ainda serem observadas as Legislações Estadual e Federal pertinentes.</p>		
<p><b>Ressalva(s)</b></p> <p>1 ) A execução do movimento de terra deverá ser acompanhada pelo responsável técnico indicado.</p> <p>2 ) A execução do(s) muro(s) de arrimo deverá ser acompanhada pelo responsável técnico indicado.</p> <p>3 ) Deverão ser mantidas as condições relativas à Quota Ambiental, nos termos dos artigos 74 a 78, e 84 da Lei n° 16.402/16, e deverá ser apresentado relatório a cada 2 (dois) anos demonstrando atendimento a tais exigências, de acordo com o projeto aprovado, nos termos do Decreto n° 57.565/16.</p>		



**PREFEITURA DA CIDADE DE  
SÃO PAULO**

**SISTEMA DE LICENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO ELETRÔNICO – SLCe**

<b>Documento</b> Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar	<b>Número</b> 2025-61844-00	<b>Folha</b> 3/3
<p>4 ) Por ocasião do pedido do Certificado de Conclusão referente à edificação ora licenciada deverá ser apresentada declaração de que o projeto foi executado de acordo com as soluções propostas para atendimento da Quota Ambiental, nos termos do art. 4º do Decreto nº 57.565/16.</p> <p>5 ) O Certificado de Conclusão somente será emitido após a expedição do respectivo Certificado Ambiental do empreendimento expedido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.</p> <p>6 ) O Certificado de Conclusão Parcial somente será emitido após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório do TCA, pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.</p>		
<b>Processo Administrativo</b> 2025-0.000.782-7	<b>Data de despacho DOC</b> 25/03/2025	